

## SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES LITORÂNEAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: INDAGAÇÕES CONCEITUAIS E PARTICULARIDADES DAS CIDADES DA BAIXADA SANTISTA

Júlio César Zandonadi<sup>1</sup>

IFSP – Instituto Federal de São Paulo – Campus Cubatão

[juliocesarzandonadi@ifsp.edu.br](mailto:juliocesarzandonadi@ifsp.edu.br)

### RESUMO:

Este artigo tem como objetivo contribuir com a análise do processo de urbanização paulista e estruturação das cidades. Mais especificamente, o estudo investiga as cidades litorâneas do sul do estado, analisando a estrutura intraurbana centrada na dinâmica de segregação socioespacial, isto é, a separação residencial dos segmentos sociais no seio da cidade. Metodologicamente, pauta-se no uso de dados do Censo IBGE/2010 referentes à distribuição da população, o rendimento, a etnia e o gênero do responsável pelo domicílio, mapeados por setores censitários em relação aos municípios de Santos, Guarujá, Praia Grande e Mongaguá, cujas similaridades baseiam-se no fato de comporem a Região Metropolitana da Baixada Santista e de terem como região limítrofe a orla oceânica, de maneira que a praia é o referencial à produção e apropriação do espaço urbano. Por fim, identifica-se o fenômeno da segregação nestas cidades e seus conteúdos.

### Palavras-chave:

Segregação Socioespacial; Cidades Litorâneas; Região Metropolitana da Baixada Santista

GT – 1: Reestruturação urbana e econômica na produção do espaço: agentes e processos

---

1 Docente de Geografia do IFSP – Cubatão, Doutor em Geografia pela UNICAMP e Pós-Doutorando pela UNESP – Presidente Prudente. Membro do GRAMSCHE – Grupo de Análises Multidisciplinares em Ciências Humanas e Espaciais.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo central contribuir com o debate sobre a produção do espaço urbano paulista. Mais especificamente, busca-se se debruçar sobre a urbanização em cidades litorâneas e as dinâmicas de estruturação destas cidades, tendo como conceitos centrais e determinantes a estruturação e a segregação socioespacial.

Esta investigação faz parte de projeto de pesquisa docente em instituição de ensino básico, técnico, tecnológico e superior, articulada com pesquisas em nível de iniciação científica de estudantes de ensino médio. No que diz respeito à metodologia utilizada, fez-se um recorte territorial de quatro municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, cuja similaridade é estarem em região limítrofe com a orla oceânica, são eles: Santos – SP, Praia Grande – SP, Guarujá – SP e Mongaguá – SP. Em seguida, definiram-se variáveis do Censo IBGE/2010 que buscassem contribuir com a identificação de contextos de segregação socioespacial no espaço intraurbano. Assim, extraíram-se do Censo IBGE/2010 dados relativos à distribuição da população, dos rendimentos, das características étnicas, dos tipos de domicílio, das características dos domicílios e do gênero dos responsáveis pelo domicílio.

É importante ressaltar a condição “*sui generis*” do recorte territorial realizado, uma vez que a Região Metropolitana dista da capital São Paulo apenas 40 km, interligando-se através de autopista - Rodovia dos Imigrantes, um dos espaços litorâneos com maior fluxo turístico do país.

Deste modo, organizamos a presente exposição em três partes. Primeiramente, resgatamos o debate sobre o conceito de segregação socioespacial, apontando algumas interpretações, as formas e as repercussões da segregação. Em segundo plano, analisamos a formação socioespacial da Região Metropolitana da Baixada Santista, com o objetivo de compreender as suas similaridades e particularidades em relação às demais cidades do estado de São Paulo. Por fim, no terceiro momento, apresentamos e debatemos os contextos de segregação socioespacial nas cidades litorâneas do sul do estado de São Paulo.

## 2 DEBATE CONCEITUAL EM TORNO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O debate em torno do conceito da segregação não é recente. O termo é utilizado na comunidade geográfica, bem como no campo das ciências humanas, desde o início do século XX, nas suas mais diversas formas e repercussões. Contudo, recentemente, o conceito vem sofrendo alterações diante das intensas transformações ocorridas nas cidades contemporâneas, decorrentes do que muitos autores denominam como “globalização”, “acumulação flexível” ou, ainda, de hegemonia do capital financeiro, referindo-se a um contexto histórico de fragmentação socioespacial.

Apoiamo-nos, neste trabalho, por um lado, na definição de segregação socioespacial elaborada por Corrêa (1989), que a interpreta como diferenciação residencial, isto é, diferentes áreas residenciais fornecem distintos meios de interação social e diferentes graus de acessibilidade a recursos e a equipamentos urbanos, complementando-a, por outro lado, com a definição de Sposito (1996, p. 46), para quem a segregação socioespacial é “*a expressão no nível espacial de um processo de diferenciação social, ou mesmo de acentuação da divisão social do espaço dentro da cidade*”. Neste sentido, observamos que a diferenciação residencial, tal como proposta por Corrêa, se dá no âmbito da reprodução do modo de produção capitalista, em que a desigualdade de renda é condição *sine qua non* para tal reprodução. Em síntese, a segregação trata da diferenciação residencial desigual no território urbano.

Vale destacar que há diversas outras abordagens relativas à segregação socioespacial impossíveis de serem ignoradas, já que também nos auxiliam para compreender o processo da segregação nas cidades contemporâneas. Dentre elas, destaca-se a leitura de Castells, que aponta para a “[...] *tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia*” (1983, p. 201). Apesar do viés estruturalista, o autor revela as principais causas do processo de segregação socioespacial, enfatizando que a distribuição dos locais de residência seguem as leis gerais de distribuição dos produtos em função da capacidade social e econômica dos indivíduos, fato este que, no capitalismo, se dá em função da renda, do status profissional, do nível de instrução, da filiação étnica, da fase do ciclo da vida, etc. (ZANDONADI, 2008).

Lojkin (1997), por sua vez, chama a atenção para a dinâmica dos preços da terra no âmbito da cidade, destacando que a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo. Já Zandonadi (2008) sublinha a relação dialética entre a segregação e o preço do solo urbano, pois o preço do solo se diferencia no espaço urbano de acordo com a segregação.

Diversos autores debatem sobre as formas do processo de segregação, distinguindo os diversos tipos. Dentre eles, destacamos:

A **segregação involuntária**, a **segregação induzida** ou a **segregação imposta**, reconhecida quando as populações com baixo poder aquisitivo são realocadas de um espaço a outro, no interior da cidade, diante da dinâmica de especulação imobiliária e de ações do poder público, tais como programas de desfavelamento. Souza (2003, p. 70) utiliza o termo segregação induzida, pois destaca que “[...] as pessoas não escolhem morar aqui ou não ali, sendo forçadas a isso [...]”.

Há, também, a **segregação voluntária**, **autossegregação** ou **segregação espontânea** que, de acordo com Souza (2003, p. 70), “[...] são pessoas que fazem a opção de se afastar ou se apartar o mais possível da cidade”. Em síntese, trata-se de uma estratégia de classe em busca de locais exclusivos, distantes dos “malefícios” da cidade, tais como o contato com os desiguais, a poluição, o trânsito, o barulho, entre outros. Trata-se de uma opção dos que podem escolher e tem possibilidade de mobilidade pela cidade a partir da diferenciação de renda e do regime de propriedade instaurado nas cidades brasileiras.

Dal Pozzo (2015) associa as formas de segregação às mudanças estruturais da cidade e periodiza as formas de segregação, destacando que o primeiro processo de segregação nas cidades foi a *segregação imposta*, a qual estruturou as cidades no padrão centro-periferia, em que os segmentos de maior poder aquisitivo se consolidaram nas áreas centrais e entornos, enquanto os de menor poder aquisitivo se estabeleceram nas áreas periféricas.

Já a autossegregação, que de acordo com Dal Pozzo (2015) amplia-se durante a década de 1990, marcada, sobretudo, pela ocupação de áreas periféricas por populações de elevado poder aquisitivo, reestrutura as cidades alterando o sentido da periferia como o lugar dos mais pobres. A autossegregação complexifica a estrutura das cidades, alterando o antigo padrão

centro-periferia, e altera o próprio sentido da segregação socioespacial, complexificando-a. No que diz respeito à continuidade de dinâmicas de segregação imposta, continua-se a expulsão dos mais pobres de áreas centrais, como também os de rendimentos mais elevados fugindo de tais áreas.

É importante ressaltar que as conclusões de Dal Pozzo (2015) referem-se às cidades médias do Estado de São Paulo, como Ribeirão Preto e Presidente Prudente, mas podem se somar às conclusões também feitas sobre a cidade de Marília por Zandonadi (2008).

## 2.1 Os efeitos da segregação socioespacial

Três são as variáveis de consequências da dinâmica de segregação socioespacial que aqui enfocamos: a espacial, a de convivência social e a de distribuição do poder (SOBARZO MIÑO, 2000).

Na dimensão espacial, Corrêa (1989) chama atenção ao dinamismo do preço da terra urbana, afirmando que os terrenos com maior preço são utilizados para as melhores residências, pelos grupos de maior renda, o que acentua ainda mais o preço da terra. Enquanto, do outro lado, os terrenos com menores preços, piores localizados, são utilizados para a construção de residências de qualidade inferior e/ou precárias pelos grupos de menor renda.

Ainda sobre as consequências espaciais, principalmente o que diz respeito à autosegregação, Carlos (1992) destaca que a fuga dos grupos de maior renda para as áreas periféricas pode gerar consequências sociais como, por exemplo, a degradação da área central, que deixa de ser uma área atrativa para o capital e para investimentos do poder público. Sposito (1996) analisa a acentuação da segregação socioespacial marcada, sobretudo, pela descontinuidade territorial, a malha urbana constituída e novas lógicas locacionais, com a expansão e surgimento de novas expressões de centralidade de comércio e serviços em áreas periféricas.

Na dimensão da convivência social dos habitantes da cidade, Sposito (1996) destaca que a segregação socioespacial leva à diminuição ou mesmo ao rompimento de comunicação entre grupos sociais, à redução da circulação nos subespaços da cidade e do diálogo entre os diferentes, o que pode conduzir a um contexto de fragmentação socioespacial. Souza (2003), ao abordar as fraturas na convivência social promovidas pela segregação socioespacial, evidencia

que isto tende a acentuar conjunturas de intolerância entre classes sociais, grupos étnicos, religiosos, entre outros.

Por fim, no que tange à dimensão do poder, Sobarzo Miño (2000) afirma que há desigualdades em relação à concentração do poder de acordo com a distribuição espacial dos grupos sociais, pois as áreas que concentram pessoas com maior poder aquisitivo têm mais poder político e, conseqüentemente, maior capacidade de influenciar as decisões públicas a seu favor com respeito à infraestrutura urbana, segurança e outros serviços, induzindo ainda mais o crescimento do preço do solo nestas áreas e intensificando mais a autossegregação. Com respeito as áreas ocupadas por grupos de menores rendimentos, o pouco poder político está diretamente ligado à ausência de infraestrutura urbana, segurança e aumento da repressão por parte do Estado.

### **3 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA BAIXADA SANTISTA E AS CIDADES EM ANÁLISE**

Tomando a concepção de “Formação Socioespacial” de Santos (1977), cuja centralidade radica no entendimento de que o modo de produção é histórico e espacialmente determinado, recuperamos a conceituação de que o espaço é “matéria trabalhada por excelência”, produz imposições e determinações às práticas cotidianas dos sujeitos. Assim, com este esboço, passamos a análise do processo de urbanização das cidades litorâneas do sul do Estado de São Paulo, situadas na “Região Metropolitana da Baixada Santista”. Os municípios em destaque são Santos, Praia Grande, Guarujá e Mongaguá, os quais compartilham como características geográficas semelhantes a localidade da Baixada Santista e a costa litorânea com extensas praias.

É relevante sublinhar, a princípio, a proximidade da Região Metropolitana da capital paulista - São Paulo. Tratar com maior minudência esta localização geográfica é essencial para compreendermos os ciclos de desenvolvimento da região e de seus municípios.

A região esteve associada, nos seus primórdios, ao desenvolvimento da cultura cafeeira e a atividade portuária, passando, progressivamente, por um período de industrialização concomitante à fomentação do turismo, cujo alavancamento decorre com o processo de desindustrialização avançado pós-década de 1990. Ainda hoje, ressalva-se, o turismo continua sendo uma atividade econômica de relevância para a região.

Já na transição do século XIX ao XX, a cidade de Santos assume o pioneirismo no escoamento da produção de café realizado pelo Estado de São Paulo, impulsionando a atividade portuária no município e centralizando os negócios na “Bolsa do Café”, que fora deslocada para a cidade de São Paulo. Com a chegada de contingentes de migrantes e imigrantes, no mesmo período, as atividades econômicas do setor comercial e de serviços também são desenvolvidas, realçando o protagonismo da cidade de Santos na região.

Após a retração da atividade cafeeira e o crescimento do setor industrial no Estado de São Paulo, nota-se um segundo impulso de desenvolvimento econômico na região, alimentado pelas políticas econômicas de substituição de importações e a respectiva exploração de petróleo no território brasileiro. A chegada de imigrantes e o fluxo mais denso de mercadorias, portanto, intensificam as atividades portuárias de Santos, processo acompanhado, concomitantemente, pela implementação de fábricas em municípios vizinhos, como é o caso de Cubatão nas décadas de 1950-1980, estimulando toda a região com crescimento demográfico e econômico. Desta feita, as plantas industriais concentradas em Cubatão engendram, em outras cidades da região, tais como Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande, o crescimento econômico, especialmente o demográfico, visto que muitos operários residentes nestas cidades se deslocam diariamente para Cubatão. Na década de 90, então, observar-se-á nova retração econômica e demográfica resultante do insidioso processo de desconcentração industrial, culminando com a retirada de indústrias da região e com a atrofia das atividades econômicas (LENCIONI, 1994).

Um terceiro ciclo de progresso econômico na região é entrevisto com a consolidação das cidades litorâneas da Baixada Santista como “localidades turísticas”. O crescimento da classe operária industrial nas regiões da Baixada Santista e, principalmente, na Região Metropolitana de São Paulo fomenta um tipo de lazer que impulsionará o litoral com o turismo, fenômeno que será arrematado com a construção da Rodovia Anchieta, em 1947/1953, e da Rodovia dos Imigrantes, em 1974/1976, vias que interconectam a metrópole de São Paulo à Baixada Santista.

A paisagem urbana, a estruturação e a dinâmica das cidades da Baixada Santista, então, passam por profundas modificações após o incentivo do fluxo turístico na década de 50 e, especialmente, na década de 70. Não só isso. Percebe-se, também, que as atividades terciárias e a atuação de capitais imobiliários são sensivelmente acentuadas, como analisou Silva (2016) no caso da cidade de São Vicente – SP.

**Tabela 1**

**População Urbana e Taxa Geométrica de Crescimento - Região Metropolitana da Baixada Santista – 1970 a 2010**

|                     | 1970    | 1980    | TG 1970-1980 | 1991    | TG 1980-1991 | 2000    | TG 1991-2000 | 2010    | TG 2000-2010 |
|---------------------|---------|---------|--------------|---------|--------------|---------|--------------|---------|--------------|
| <b>Santos</b>       | 343.427 | 414.710 | 1,90         | 396.793 | - 0,40       | 415.747 | 0,51         | 419.443 | 0,08         |
| <b>São Vicente</b>  | 115.935 | 192.858 | 5,22         | 241.572 | 2,06         | 303.413 | 2,56         | 331.792 | 0,89         |
| <b>Cubatão</b>      | 37.147  | 78.303  | 7,74         | 80.988  | 0,30         | 107.661 | 3,21         | 118.797 | 0,98         |
| <b>Guarujá</b>      | 90.514  | 151.127 | 5,25         | 186.696 | 1,94         | 264.733 | 3,95         | 290.556 | 0,93         |
| <b>Praia Grande</b> | 19.671  | 66.011  | 12,87        | 110.757 | 4,81         | 193.582 | 6,40         | 260.769 | 3,02         |
| <b>Mongaguá</b>     | 4.660   | 9.826   | 7,74         | 16.908  | 5,05         | 34.942  | 8,39         | 46.108  | 2,81         |
| <b>Itanhaém</b>     | 12.265  | 26.163  | 7,87         | 40.030  | 3,94         | 71.148  | 6,59         | 86.238  | 1,94         |
| <b>Peruíbe</b>      | 6.063   | 17.048  | 10,89        | 27.705  | 4,51         | 50.370  | 6,86         | 59.125  | 1,61         |
| <b>Bertioga</b>     | *       | *       | *            | *       | *            | 29.178  | *            | 46.818  | 4,84         |

\* Dados indisponíveis – Bertioga foi emancipada do município de Santos em 1991.

Os dados populacionais (Tabela 1) sinalizam o segundo e terceiro momentos de desenvolvimento da Baixada Santista, períodos nos quais a industrialização, que avançara até o início da década de 1980, intensificou o desenvolvimento do fenômeno turístico e de fluxos populacionais, sejam em busca de trabalho no terciário ou mesmo sazonais de lazer, entretanto, populacionalmente diminuiu o crescimento e no caso de Santos houve um decréscimo populacional, dado principalmente, pela centralização regional e valorização imobiliária, fazendo com que os migrantes e mesmo habitantes da cidade se deslocassem para cidades no entorno em busca de terras urbanas com valores inferiores.

Sinalizando, mais uma vez, à segregação socioespacial, o desenvolvimento do fenômeno turístico e a ampla atuação do mercado imobiliário, com a conseqüente verticalização das referidas cidades litorâneas da Baixada Santista, estruturam e dinamizam essas cidades de maneira ímpar diante das grandes metrópoles e demais cidades médias do país, como já destacamos sobre o complexo encadeamento centro-periferia. No que corresponde às cidades

litorâneas, enrijece-se a estrutura centro-periferia e pulverizam-se os grupos sociais em duas grandes áreas das cidades. Passemos em exame os casos de Santos, Guarujá, Praia Grande e Mongaguá.

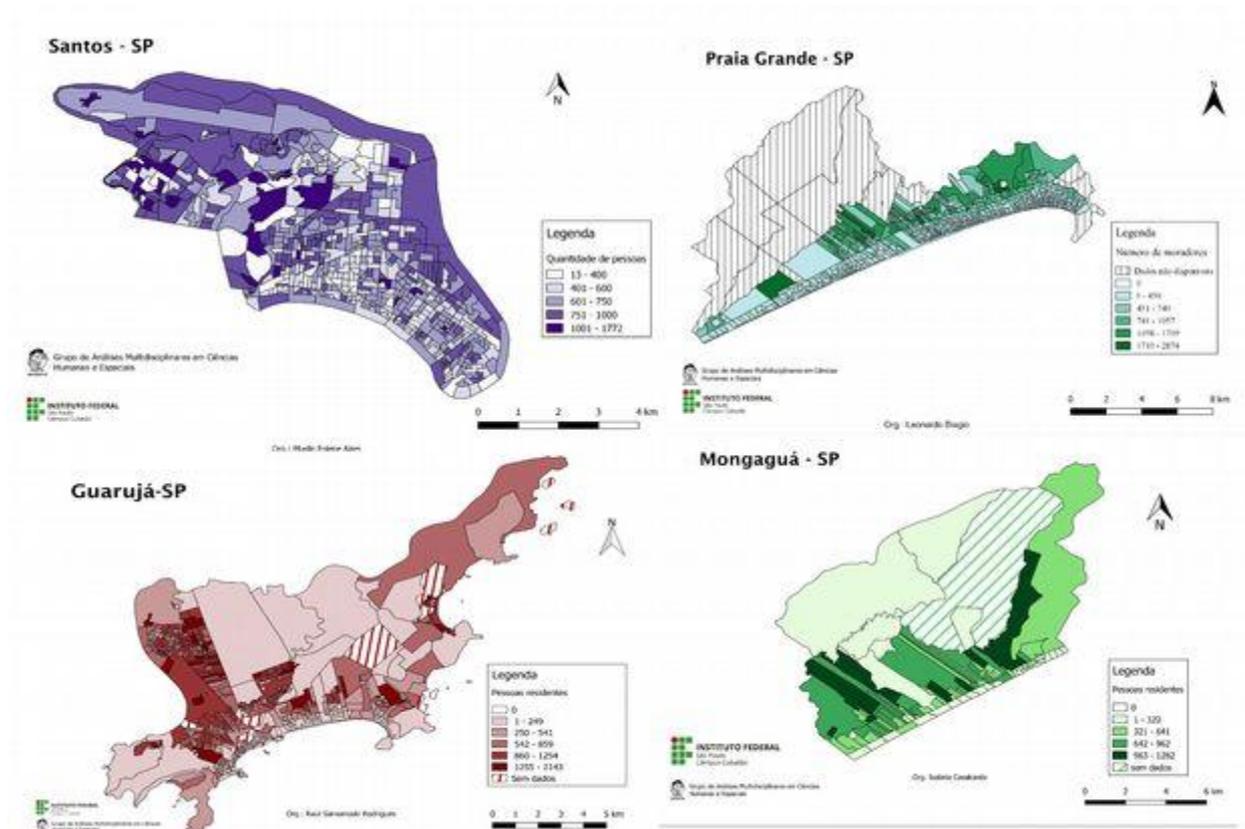
#### **4 CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS CIDADES DE SANTOS, GUARUJÁ, PRAIA GRANDE E MONGAGUÁ NA BAIXADA SANTISTA**

A partir de levantamento de dados populacionais do Censo IBGE/2010 de alguns municípios da Baixada Santista (Santos, Guarujá, Praia Grande e Mongaguá), selecionamos variáveis que indicassem a distribuição da população e suas características. O objetivo central da análise é investigar a dinâmica de segregação socioespacial em cidades litorâneas e, de modo secundário, analisar os processos de estruturação de tais cidades e a dinâmica da rede urbana.

Atenta-se, inicialmente, à distribuição da população, que, no âmbito da rede, se concentra em maior volume na cidade de Santos e, posteriormente, nas cidades limítrofes, São Vicente, Guarujá e Praia Grande, mostrando a cidade de Santos como a localidade nuclear da rede urbana e pólo dos fluxos populacionais na região. Tendo em consideração a escala intraurbana das cidades em tela, sobressaem as seguintes representações cartográficas:

#### **Figura 1:**

**Pessoas Residentes – Santos; Praia Grande; Guarujá e Mongaguá – 2010**



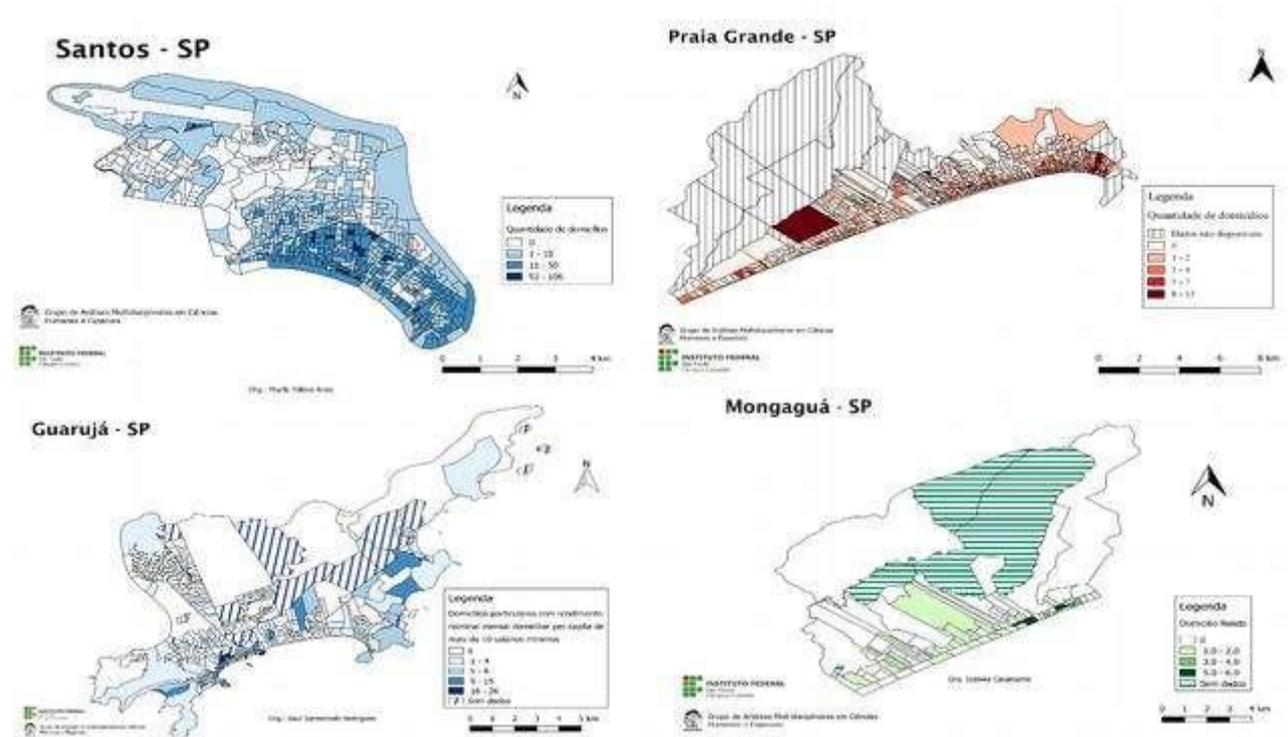
A figura 1 traz um conjunto com quatro representações cartográficas da distribuição da população pelas cidades em questão. De modo geral, é notável que nos quatro casos haja áreas com maior concentração de população e áreas com menor concentração, de modo que as áreas com maior concentração estão nas regiões continentais e as áreas com menor concentração em limites com a “orla da praia”. Note-se que se trata de cidades com portes populacionais e concentração de estabelecimentos de capitais muito distintas, mas a lógica de ocupação se dá do mesmo modo.

Na figura 2, observam-se os cartogramas das respectivas cidades tendo em consideração a distribuição das populações com baixos rendimentos, de até um salário-mínimo.

**Figura 2:**

**Domicílios Particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capital de ½ até 1 salário-mínimo – Santos; Praia Grande; Guarujá e Mongaguá – 2010**





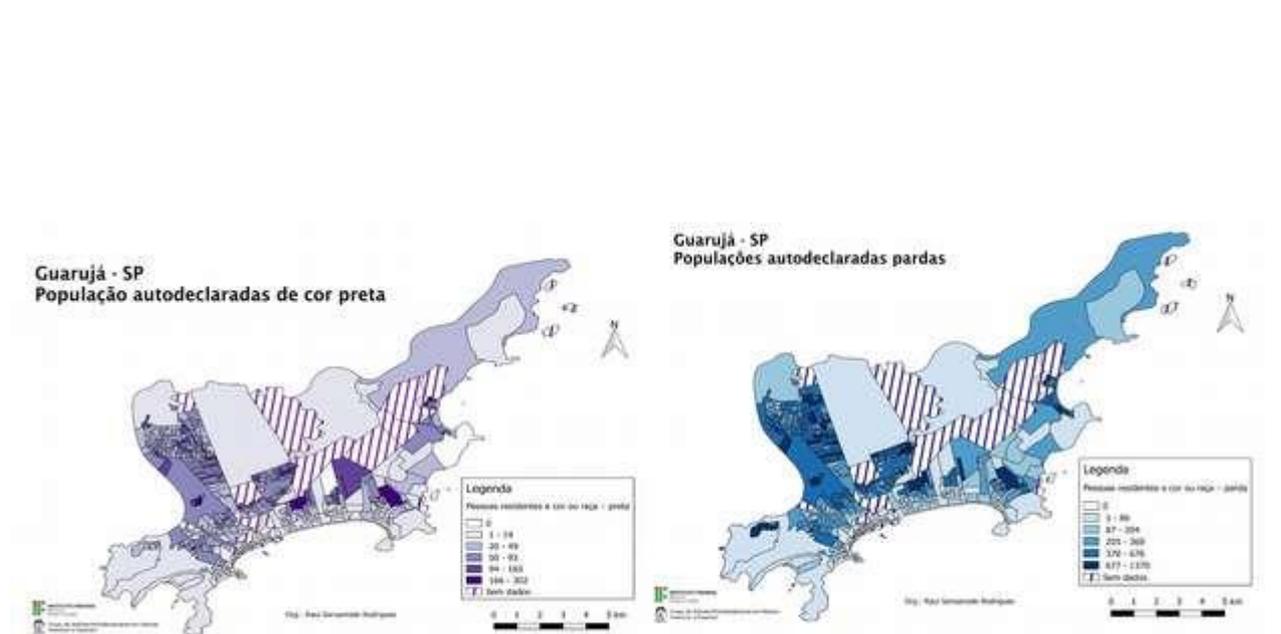
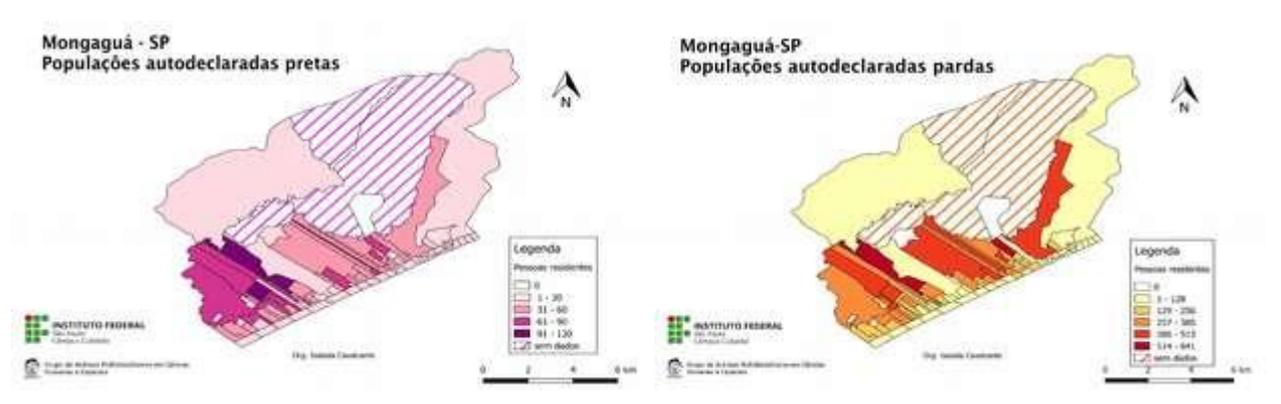
As representações cartográficas concernentes à distribuição dos domicílios com rendimento nominal per capita acima dos 10 salários-mínimos aponta um contexto distinto dos anteriores. Chama a nossa atenção a ocupação das proximidades da orla da praia nas quatro

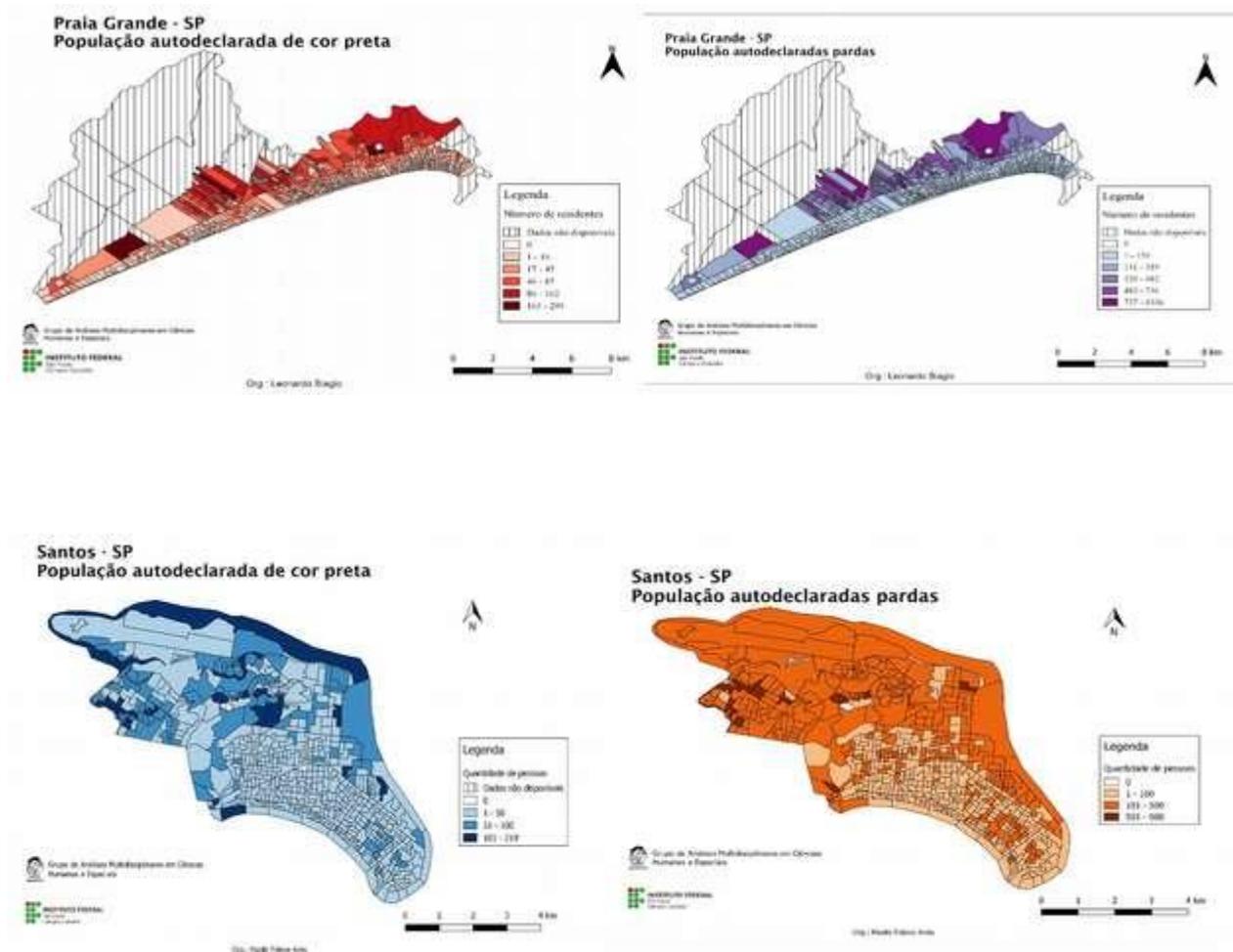
idades, bem como o maior número de domicílios e setores em Santos do que nas demais cidades, de maneira que Mongaguá, a mais distante do núcleo da rede urbana (Santos), possui o menor número de domicílios.

As figuras apresentadas acima põem em tela a divisão socioespacial nas cidades litorâneas do Estado de São Paulo, registrando que as populações com maior poder aquisitivo situam-se nas proximidades das faixas de orla, enquanto as áreas “continentais” destas cidades são destinadas/ocupadas pelas populações de menor rendimento, que consistem na maior parte da população de cada cidade.

Já sublinhamos, no presente trabalho, a partir das afirmações de Correa (1989), que a segregação socioespacial, ou seja, a diferenciação residencial socioespacial, é o processo em que os segmentos sociais ocupam/apropriam diferentemente e desigualmente o espaço urbano. Acrescenta-se, agora, a partir da análise de Souza (2017), a exposição do conteúdo desta desigualdade. Faz-se referência especial, nas figuras abaixo, aos aspectos étnicos e de gênero.

**Figura 4 Pessoas residentes que se autodeclararam de cor preta e que se autodeclararam pardas – Santos; Praia Grande; Guarujá e Mongaguá – 2010.**

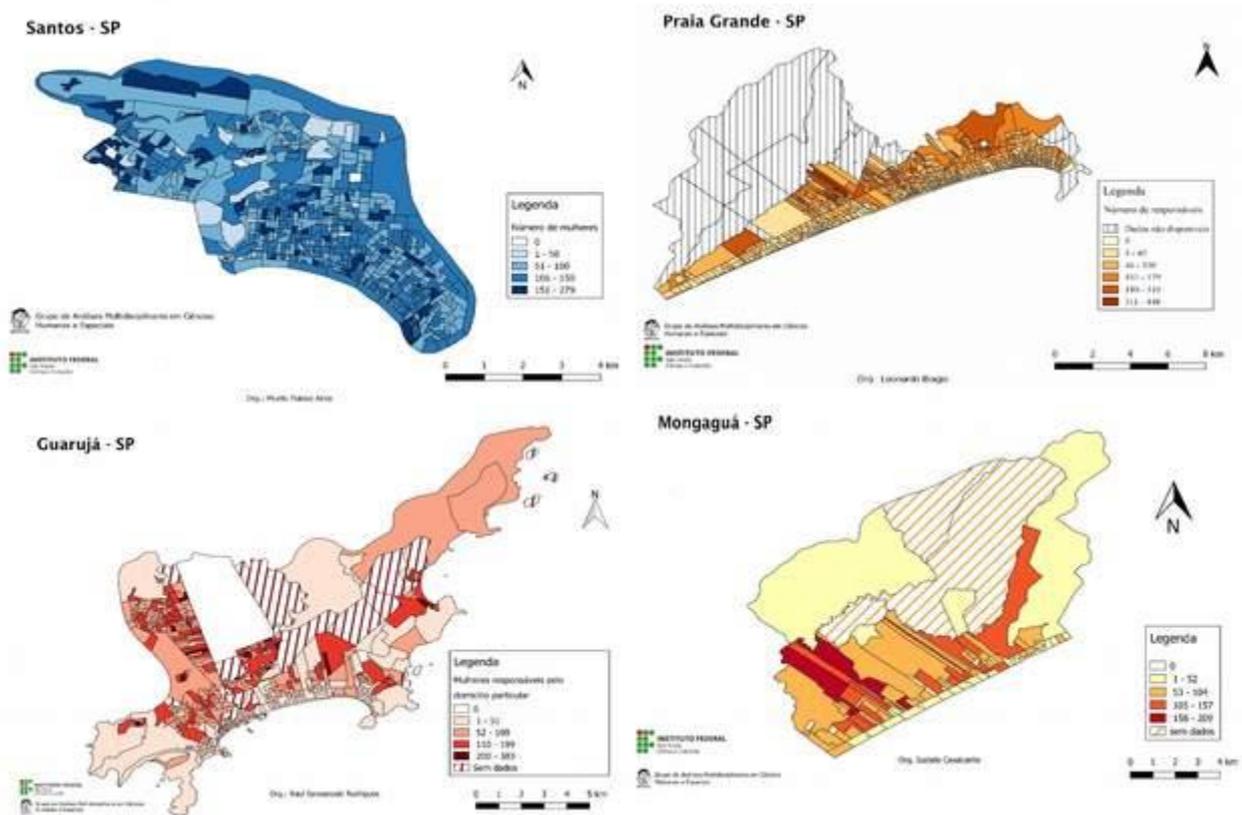




A figura 4 traz representações cartográficas com a distribuição das populações que se autodeclararam de cor preta ou pardas. Percebe-se que tais populações ocupam, em sua grande maioria, as áreas continentais das cidades destacadas, ou seja, são a maior parte da população e também aquelas com menores rendimentos no interior das cidades.

**Figura 5**

**Domicílios com mulheres como chefes de família – Santos; Praia Grande; Guarujá e Mongaguá – 2010.**



Na figura 5 são expostas as representações cartográficas com as populações que se autodeclararam brancas. Neste caso, percebe-se uma ocupação diluída pelo território das cidades, porém com a concentração nas áreas próximas à orla da praia, o que sinaliza que a população que ocupa esta área da cidade, com rendimento domiciliar per-capita acima dos 10 salários-mínimos, se autodeclara majoritariamente branca.

Com respeito à ocupação do território da cidade por gênero, destacamos a variável da quantidade e distribuição de domicílios com mulheres chefes de família, que chama a atenção por estarem concentrados nas áreas “continentais” das cidades, ou seja, na região com maior índice demográfico, menor rendimento per-capita e que, em sua quase totalidade, se autodeclararam de cor preta e pardos.

Apesar de não avançarmos a análise em relação à distribuição das expressões de centralidade de consumo e serviços pelas cidades, é evidente a cisão socioeconômica entre setores das cidades e a conservação da estrutura centro-periferia. As áreas centrais se caracterizam como aquelas que concentram capitais e são atrativas as populações de maior poder

aquisitivo e capital imobiliário, enquanto as áreas periféricas são as negadas pelos segmentos com maior poder aquisitivo e grandes capitais imobiliários.

Observa-se, também, uma lógica intraurbana nos casos analisados. Acreditamos que é nítido o fenômeno de segregação socioespacial, dado pela diferenciação residencial, tendo como viés os planos sociais, econômicos e o território da cidade. Porém, entendemos que o nível desta análise não nos permite qualificar a segregação socioespacial como dinâmicas de autosegregação e segregação imposta, tendo em vista que para tal seria necessário investigar as motivações, as origens dos deslocamentos dos cidadãos, bem como os agentes envolvidos na produção das respectivas áreas urbanas.

Contudo, esta análise permite identificar as localidades segregadas e o conteúdo desta segregação. A “orla da praia” é ocupada, nas quatro cidades analisadas, majoritariamente, pelas populações com maiores rendimentos da cidade (mais de 10 salários-mínimos), tendo homens como responsáveis pelos domicílios e autodeclarados brancos. As “áreas continentais” são caracterizadas pela concentração dos mais pobres (rendimentos de até um salário-mínimo), grande número de autodeclarados pretos e pardos e domicílios chefiados por mulheres. Apesar de não terem sido alvo desta pesquisa, é sabido das deficiências de infraestrutura das periferias urbanas no Brasil, bem como o racismo estrutural. Soma-se a tal contexto, o fato das responsáveis pelos domicílios, no geral mulheres, cumprirem, em muitos casos, jornadas duplas e até triplas de trabalho, o que sinaliza a estrutura perversa das cidades litorâneas no sul do estado de São Paulo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise buscamos apresentar resultados da pesquisa docente articulada com pesquisas de iniciação científica realizadas por estudantes de nível médio, a qual tem como objetivo central contribuir com a análise da urbanização paulista e, de modo específico, buscar ambientar estudantes de ensino médio à rotina de pesquisas científicas. Principalmente, analisam-se as similaridades e particularidades da urbanização paulista com enfoque nas cidades litorâneas, as quais têm a produção do espaço urbano fortemente influenciada pelo fenômeno turístico, com a apropriação de quadros naturais pelo capital imobiliário, que se espacializa através da acentuação da desigualdade socioespacial e da segregação.

A análise nos permite claramente indicar a segregação socioespacial nas cidades litorâneas da Baixada Santista, em que há separação residencial da população, dada principalmente em relação à renda, sendo que os segmentos com maiores rendimentos ocupam áreas próximas à orla da praia, enquanto os segmentos com menores rendimentos ocupam as áreas continentais. Contudo, este estudo também permite compreender o conteúdo da segregação e desigualdade socioespacial nestas cidades, pois é notório que os segmentos que ocupam as áreas próximas à orla da praia em sua grande maioria, além de terem os maiores rendimentos, também são em sua maioria autodeclarados brancos, ao passo que, nas áreas continentais, ocupadas pelas populações de menor rendimento, também é onde se concentram os autodeclarados de cor preta e parda e onde se concentra a maior parte das mulheres responsáveis pelos domicílios. Diante de tal análise, podemos considerar que a segregação socioespacial nas cidades analisadas da Baixada Santista se revela pela renda, cor da pele e gênero, de modo que a maioria da população, os mais pobres, de cor preta e pardos, e as mulheres responsáveis por domicílios são excluídas da principal área turística e pública dessas cidades. Portanto, tem-se na estrutura dessas cidades a representação da exclusão social, do racismo e do machismo estrutural que permeia a sociedade brasileira.

Em síntese, é importante ressaltar que esta análise não nos permite qualificar a dinâmica de segregação socioespacial, seja segregação imposta ou autosegregação, pois acreditamos que para isso a análise deve se debruçar sobre os agentes que produzem a segregação e os sujeitos segregados. Trata-se, entretanto, de uma contribuição relevante para refletirmos sobre a estrutura das cidades litorâneas no estado de São Paulo.

## 6. REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DAL POZZO, C. F. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. 2015 (Tese de Doutorado) 400 fls. FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2015.

LENCIONI, S. A reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: A região da metrópole desconcentrada. **Espaço e Debates**. n. 38, p. 54-61, 1994.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANTOS, M.. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p.35-59, jun de 1977.

SILVA, H. D. N. da. **Turismo de segunda residência na Baixada Santista**: O processo de verticalização em São Vicente-SP, o caso das ruas Messia Assú e Onze de junho, 2016. (Monografia de Graduação). IFSP/Cubatão, Cubatão, 2016.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPOSITO, M. E. B. Reflexões sobre a natureza da segregação socioespacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados, n. 4, 1996.

ZANDONADI, J. C. **Novas Centralidades e Novos Habitats**: Caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP). 2008. 234 fls (Dissertação de Mestrado). FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2008.